

TIPOS DE GENERICIDADE COMO TIPOS DE MODALIDADE*

Ana Lúcia de Paula Müller**

Introdução

O foco deste trabalho é o estudo da semântica de dois tipos de sentenças genéricas do Português Brasileiro (PB): sentenças genéricas com sujeitos indefinidos singulares (sentenças-IS) como em (1) e sentenças genéricas com sujeitos nus sem número (sentenças-NN) como em (2). Os dois tipos de sentenças têm sido analisados como possuindo uma interpretação equivalente na literatura sobre o assunto: uma estrutura ternária, na qual GEN é um quantificador modal universal que liga as variáveis introduzidas pelo sujeito e pelo predicado, como exemplificado em (3a) e parafraseado em (3b) (ver Krifka et al., 1995).¹

* Agradeço a Irene Heim pela discussão de uma primeira versão deste artigo. Agradeço também aos comentários de dois pareceristas anônimos.

** Universidade de São Paulo.

1 Por simplicidade, estou deixando sistematicamente de lado a formalização dos casos em que GEN quantifica sobre situações. As formas lógicas apresentadas, portanto, restringem-se a sentenças com predicados de indivíduos (ver Kratzer, 1995). Para detalhes sobre a interpretação do formalismo utilizado, ver Krifka et al. (1995).

- (1) Um número par é divisível por 2.
- (2) Número par é divisível por 2.
- (3) a. GEN [x] (número par [x]; divisível por 2 [x]).
b. Sempre se x é um número par, x é divisível por 2.

No entanto, diferenças de comportamento entre as duas formas têm sido apontadas na literatura há algum tempo: a) sentenças-IS são percebidas como mais normativas, ao passo que sentenças com sujeitos nus são percebidas como mais descritivas; b) os dois tipos de sentenças não são sempre apropriadas nas mesmas situações (ver Lawler, 1973; Burton-Roberts, 1977; Declerk, 1991).

Greenberg (2002), em um estudo sobre o inglês, defende que sentenças-IS expressam generalizações que valem em virtude de uma certa propriedade inerente ao sujeito, ao passo que sentenças com sujeitos nus expressam generalizações descritivas. A autora atribui as diferenças semânticas entre os dois tipos de sentença a diferentes tipos de modalidade. Sentenças-IS são avaliadas em relação a mundos nos quais o sujeito possui uma determinada propriedade. Já sentenças com sujeito plural nu exigem apenas que estes mundos sejam semelhantes ao mundo real.

Neste trabalho, mostro que a proposta de Greenberg também se aplica ao PB e defendo que a possibilidade de expressão dos diferentes tipos de modalidades decorre das diferentes denotações dos sujeitos IS e dos sujeitos NN em PB.

Na segunda seção, apresento a semântica das sentenças-IS e das sentenças-NN em PB. A Terceira discute a semântica do operador GEN(érico) presente nos dois tipos de sentenças. As diferenças de comportamento entre sentenças-IS e sentenças-NN são tratadas na quarta seção. A quinta seção apresenta a proposta de Greenberg (2002) para o inglês e discute sua aplicação ao PB. Na seção seguinte, defendo a tese de que a diferença entre os dois tipos de sentenças no PB pode ser atribuída às diferentes denotações de seus Sintagmas de Determinante. Finalmente, os principais pontos da argumentação são retomados na conclusão.

Sentenças genéricas com sujeito indefinido singular e sentenças genéricas com sujeito nu sem número são casos de quantificação genérica em PB

Grande parte das teorias modernas sobre a genericidade assumem uma distinção entre genericidade expressa pelo Sintagma de Determinante (SD) e genericidade como efeito de uma quantificação genérica (ver Krifka, 1987; Krifka et al., 1995; Chierchia, 1995; 1998; Wilkinson, 1991). No caso de genericidade do SD, a interpretação genérica é gerada pelo uso de *expressões de referência a espécies* – expressões que em si mesmas são capazes de denotar espécies, como o sintagma definido singular *a onça* em (4a). A forma lógica em (4b) exprime o fato de que o SD *a onça* funciona como nome próprio de uma espécie e pode ser tomado diretamente como argumento de um predicado, de modo idêntico a um nome próprio como *Jorge* em (5).²

- (4) a. A onça está ameaçada de extinção.
b. está-ameaçada-de-extinção (A-ONÇA).
- (5) a. Jorge é inteligente.
b. inteligente (JORGE).

Sentenças-IS e sentenças-NN são casos de quantificação genérica em PB. Tanto o sujeito genérico indefinido singular, quanto o sujeito genérico nu sem número não são expressões de referência a espécies em PB. Isto pode ser comprovado por sua incapacidade de combinar-se com predicados de espécie, como ilustra (6), e pela inexistência de uma interpretação genérica com predicados que descrevem um único evento, como ilustra (7).³

2 Estou usando o termo *forma lógica* para me referir à representação das condições de verdade de uma sentença. Esta representação não coincide necessariamente com o nível LF da Gramática Gerativa.

3 Para uma argumentação detalhada de que as sentenças-IS e as sentenças-NN são casos de quantificação genérica, ver Müller (2001; 2003).

- (6) *Uma onça/*Onça está ameaçada de extinção.
- (7) *Um homem/*Homem chegou na Lua em 1960.

Casos de quantificação genérica são casos em que a interpretação genérica é atingida através da ação de um quantificador genérico que prende as variáveis sobre as quais se efetua a generalização (ver Krifka et al., 1995; Heim, 1982). Como proposto por Kamp (1981) e Heim (1982), as variáveis são introduzidas em forma lógica por sintagmas indefinidos, no caso os sujeitos IS e NN. A forma lógica de sentenças genericamente quantificadas é uma estrutura composta de três constituintes: um quantificador genérico (GEN), uma restrição e um escopo nuclear como em (8).

- (8) GEN [x] (Restrição [x]; Escopo Nuclear [x]).

Nesta teoria, sentenças como (1) e (2) são analisadas como possuindo um quantificador genérico oculto que toma duas fórmulas como seus argumentos, como repetido em (9).

- (9) a. Um número par/Número par é divisível por 2.
b. GEN [x] (um-número-par/número-par [x]; divisível-por-2 [x]).⁴
c. Paráfrase: Sempre, se x é um número par/número par, então x é divisível por 2.

Observe que a forma lógica em (9b) não explicita o funcionamento de GEN. Em (9c), GEN foi parafraseado por *sempre*. A semântica de GEN será

4 Usando uma representação mais convencional, como a da lógica de predicados, teríamos:

GENx (número-par (x) ® divisível-por-2 (x)).

discutida na próxima seção. A forma lógica em (9b) também não explicita a diferença da contribuição de um sujeito-IS e de um sujeito-NN para o significado da sentença. Esta questão será tratada mais adiante.

A Semântica de GEN

Krifka et al. (1995), inspirados em Kratzer (1981), propõem que GEN deve ser interpretado como um quantificador modal, pois sentenças genericamente quantificadas possuem características de sentenças modais. Como as sentenças modais, elas nos obrigam a explorar outras situações ou mundos possíveis. As sentenças genericamente quantificadas, do mesmo modo que as sentenças modais, toleram exceções, expressam que suas generalizações não são acidentais e podem ser parafraseadas por sentenças contrafactuais.

Observe a sentença-IS em (10). A sentença (10) não é sinônima de (11). Ao contrário de (11), ela não se torna falsa se encontrarmos alguns cachorros que não são bons companheiros. Como toda sentença genérica, ela tolera exceções. Uma paráfrase mais adequada para (10) é (12), uma sentença condicional a que chamamos de contrafactual. Esse tipo de sentença nos pede para imaginar situações diferentes das situações reais. No caso de (12), somos convidados a pensar em cachorros normais e a desprezar os casos considerados atípicos. Sentenças-IS, então, são equivalentes a sentenças contrafactuais. As condições de verdade de sentenças contrafactuais são explicitadas fazendo-se uso do conceito de mundos possíveis, como ilustrado por (13) (ver Heim, 1982; Lewis, 1973).

- (10) Um cachorro é um bom companheiro.
- (11) Todos os cachorros que existiram, existem e existirão foram, são e serão bons companheiros.
- (12) Em geral, se isto fosse um cachorro, seria um bom companheiro.
- (13) Se considerarmos apenas as situações ou os mundos mais normais ou típicos, nestes mundos todo cachorro é um bom companheiro.

Observe agora a diferença entre a sentença universalmente quantificada em (14a) e a sentença-NN em (14b). A sentença (14a) descreve um fato peculiar que estaria ocorrendo na Bahia. Já a sentença (14b), descreve uma regularidade mais geral sobre as professoras baianas. Se, por uma rara coincidência, a situação descrita por (14a) se tornasse verdadeira em um determinado momento, a sentença (14b) continuaria sendo falsa. Isto porque sentenças com quantificação genérica expressam generalizações não acidentais. Elas exigem que a generalização tenha validade em situações hipotéticas ou reais do passado e do futuro. Note que a sentença (14b) também pode ser parafraseada por uma sentença contrafactual (15).

- (14) a. Todas as professoras primárias têm olho azul na Bahia.
b. Professora primária tem olho azul na Bahia.
- (15) Normalmente, se isto fosse uma professora primária na Bahia, teria olhos azuis.

O comportamento das sentenças genericamente quantificadas confirma que estamos diante de um operador modal. GEN é também um operador universal porque quantifica sobre todos os indivíduos ou situações sob seu escopo (excluídas as exceções não-relevantes) conforme ilustram as paráfrases de (16) e (17). Sentenças modais nos obrigam a levar em consideração outros estados de coisas, outros *mundos possíveis*, ao avaliarmos sua verdade ou falsidade. Elas não se limitam a falar sobre as coisas como elas são, mas nos obrigam a pensar situações idealizadas, situações onde as coisas são como elas *deveriam ser*, como elas *normalmente são*, como *desejariamos que fossem* etc.

- (16) Um cachorro é um bom companheiro.
Paráfrase: Em geral, todo cachorro é um bom companheiro.
- (17) Professora primária tem olho azul na Bahia.
Paráfrase: Geralmente, toda professora primária tem olho azul na Bahia.

Kratzer (1981) desenvolve uma teoria para a interpretação de sentenças modais. A autora mostra que a semântica das sentenças modais nas línguas naturais envolve três parâmetros: a força modal, a base modal e o parâmetro de ordenação. A *força modal* determina se a modalidade é uma quantificação universal ou uma quantificação existencial sobre mundos possíveis. Ela é dada pelos operadores da lógica modal *necessariamente* (N) e *possivelmente* (P). O operador N afirma que, para cada mundo possível, a sentença sob seu escopo é verdadeira neste mundo, como ilustra a paráfrase de (18). O operador P afirma que existe pelo menos um mundo no qual a sentença sob seu escopo é verdadeira, como ilustra a paráfrase de (19).

- (18) N (número par é divisível por 2).

Paráfrase: Em todos os mundos, todo número par é divisível por 2.

- (19) P (João é feliz).

Paráfrase: Existe pelo menos um mundo no qual João é feliz.

A expressão da modalidade nas línguas naturais, entretanto, é muito mais matizada. Sentenças como (20) e (21), por exemplo, não expressam uma verdade lógica ou uma possibilidade lógica. Suas interpretações são dependentes do contexto, como ilustram suas paráfrases. Um contexto pode ser caracterizado como um conjunto de proposições. Sentenças modais são avaliadas em relação a esse conjunto de proposições que consiste sua *base modal*. Como cada proposição pode ser caracterizada pelo conjunto dos mundos nos quais ela é verdadeira, a base modal é um conjunto de conjuntos de mundos. Ela determina os mundos sobre os quais os operadores modais quantificam.

- (20) É necessário que João saia.

Paráfrase possível: Considerando-se as circunstâncias relevantes, é necessário que João saia.

- (21) É possível que João saia.

Paráfrase possível: Levando em conta o que sabemos, é possível que João saia.

Finalmente, o *parâmetro de ordenação* classifica os mundos da base modal em relação a algum mundo escolhido como padrão. Imagine que (20) é uma ordem. Então, além de avaliar a verdade da sentença em relação a mundos em que as circunstâncias relevantes são verdadeiras – mundos em que João entrou sem camisa em uma igreja, por exemplo –, devemos ordená-los tomando como padrão um mundo em que as regras são cumpridas. A paráfrase de (20), segundo esta análise, seria (22a) e, mais formalmente, (22b).

- (22) a. Considerados os fatos relevantes e consideradas as normas de comportamento social, é necessário que João saia.
b. Em todos os mundos em que se mantêm as mesmas circunstâncias relevantes e que são mundos nos quais as normas são respeitadas, João sai.

A teoria dos modais de Kratzer (1981) é aplicada por Heim (1982), Krifka (1987) e Krifka et al. (1995) à interpretação de GEN. A *força modal* de GEN é sempre uma quantificação universal sobre os mundos relevantes. A base modal das sentenças genéricas é sempre *circunstancial*, pois traz sempre implícita uma condição que pode ser parafraseada como *de acordo com as circunstâncias*, sendo que essas circunstâncias variam conforme o contexto.

A sentença (23), por exemplo, faz uma afirmação sobre todos os mundos (logicamente possíveis). Já a sentença (24) não é normalmente interpretada da mesma forma. Ela não afirma que não existe nenhum mundo logicamente possível no qual um homem chore. Para qualquer homem, é possível concebermos uma circunstância na qual ele chore. A sentença (24), em sua interpretação mais comum, nos diz algo como *de acordo com um ideal de comportamento masculino, um homem não deve chorar*. Ou seja, ela é avaliada em relação a um ideal de comportamento. Somos levados a considerar mundos que seguem esse ideal.

- (23) Um número par é divisível por 2.
Paráfrase: Necessariamente, um número par é divisível por 2.
- (24) Um homem não chora.
Paráfrase: Um homem não deve chorar.

A interpretação de diferentes sentenças genéricas, então, irá requerer diferentes tipos de bases modais e parâmetros de ordenação. A sentença (25), por exemplo, pede para ser avaliada em mundos que estão de acordo com o que se conhece sobre os hábitos brasileiros e ordena estes mundos de modo a selecionar os mais estereotipados. Já (26), nos remete a mundos que se comportam de acordo com o que sabemos sobre os animais e os ordena em relação a uma normalidade.

- (25) a. Brasileiro come feijoada às quartas.
b. De acordo com o que é de costume dos brasileiros e levando-se em conta apenas os comportamentos padrões, brasileiro come feijoada às quartas.
- (26) a. Onça é carnívora.
b. De acordo com o nosso corpo de conhecimentos, e imaginando que as coisas sigam seu padrão normal, onça é carnívora.

O uso de um parâmetro de ordenação explica por que as sentenças genericamente quantificadas toleram exceções. GEN irá quantificar sobre mundos semelhantes a um mundo escolhido como padrão. No caso de (26), por exemplo, estamos generalizando sobre mundos normais, mundos nos quais as onças tem as características típicas das onças adultas em nosso mundo. A sentença pede que mundos excepcionais, nos quais as onças são alimentadas apenas a cenoura e leite, sejam desprezados.

Esta maneira de se descrever a interpretação de GEN está ilustrada em (27b e 27c) e (28b e 28c).

- (27) a. Um número par/número par é divisível por 2.
b. GEN [x] (número-par [x]) (divisível-por-2 [x]).
c. w' (w' é apropriadamente acessível de w) x ((número-par [x, w']) (divisível-por-2 [x, w'])).
Paráfrase: Em todos os mundos w' apropriadamente acessíveis a partir de w , todo número par é divisível por 2.

Força modal: necessidade ().

Base modal: circunstancial (de acordo com as leis da matemática).

Parâmetro de ordenação: desnecessário se assumirmos que as leis matemáticas valem em todos os mundos.

- (28) a. Onça é carnívora.
b. GEN [x] (onça [x]) (carnívora [x]).
c. w' (w' é apropriadamente acessível de w) x ((onça [x, w']) (carnívora [x, w'])).
Paráfrase: Em todos os mundos w' apropriadamente acessíveis a partir de w , toda onça é carnívora.

Força modal: necessidade.

Base modal: circunstancial (de acordo com o que conhecemos sobre os animais...).

Parâmetro de ordenação: os mundos são ordenados em relação a um mundo “normal”.

Tratar GEN como um quantificador modal universal dá conta das características das sentenças genericamente quantificadas – de sua tolerância a exceções, de que suas generalizações não são acidentais e de sua semelhança com as sentenças contrafactuais.

Como ilustrado em (27), a literatura sobre a genericidade tem atribuído uma mesma forma lógica às sentenças genéricas IS e às sentenças genéricas com nominais nus (ver Krifka et al., 1995). No entanto, como veremos na próxima seção, as sentenças se comportam de modo distinto.

Diferenças entre Sentenças Genéricas IS e Sentenças Genéricas NN

Semelhanças e diferenças entre sentenças genéricas IS e sentenças genéricas com o plural *nu* tem sido notadas há algum tempo na literatura sobre o inglês (Burton-Roberts, 1997; Lawler, 1973 e, mais recentemente, Greenberg, 2002). Vejamos as semelhanças entre os dois tipos de sentenças: (i) ambas expressam generalizações não acidentais; (ii) ambas podem expressar leis; e (iii) ambas toleram excessões. As sentenças (23)-(25) ilustram que essas semelhanças também ocorrem entre as sentenças-IS e as sentenças-NN no PB.

Imagine que restassem apenas três leões no mundo e que todos, por uma ação perversa de um louco, tivessem tido uma de suas pernas amputadas. Mesmo num caso extremo como este, tanto (29a) como (29b) seriam consideradas falsas, pois a generalização é totalmete acidental. As sentenças em (30) expressam claramente uma lei matemática e ilustram a capacidade das sentenças-IS e das sentenças-NN de expressar leis. Já (31a e b) ilustram a tolerância dessas sentenças a exceções, pois seriam normalmente consideradas verdadeiras apesar de, obviamente, possuírem exceções.

- (29) a. Um leão tem três pernas.
b. Leão tem três pernas.
- (30) a. Um número par é divisível por 2.
b. Número par é divisível por 2.
- (31) a. Um cachorro é um bom companheiro.
b. Cachorro é bom companheiro.

Vejamos agora as diferenças. Primeiro, tanto sujeitos IS quanto sujeitos *nu*s podem receber uma interpretação genérica em sentenças com predicados episódicos. Suas restrições, entretanto, são distintas. Note que (32a), pronunciada em um contexto neutro, tem uma interpretação preferencialmente específica para seu sujeito – *Um certo restaurante italiano está fechado hoje*. Ao contrário, (33b) é sempre interpretada genericamente – *Todo restaurante italiano está fechado hoje*.

- (32) a. #Um restaurante italiano está fechado hoje.
b. Restaurante italiano está fechado hoje.

O mesmo não acontece com o par de sentenças em (27). Aqui, ambas tem uma leitura genérica saliente. A diferença que podemos perceber entre os dois pares de sentenças é que em (33) existe uma razão cultural conhecida que facilita a interpretação genérica, o que não acontece em (32).

- (33) a. Um judeu não trabalha hoje (dita no dia de Yom Kippur).
b. Judeu não trabalha hoje.

Vamos criar agora dois cenários para tentar esclarecer esse ponto: um cenário *indutivo* e um cenário *preditivo* (ver Greenberg, 2002, cap. 3). O cenário indutivo, ilustra casos em que o falante é levado a uma generalização por testemunhar um padrão que se repete. O cenário preditivo, por outro lado, ilustra os casos em que o falante expressa uma generalização baseado em um conhecimento socialmente partilhado. Verificamos que sentenças-IS são adequadas em cenários preditivos, ao passo que sentenças-NN são adequadas aos dois cenários.

Cenário Indutivo: É quarta-feira e Jorge está levando um professor visitante estrangeiro para almoçar. Os dois examinam o cardápio de vários restaurantes e o visitante nota que o prato do dia é sempre feijoada. Supondo que ele fale bem o português, mas desconheça detalhes sobre nossos hábitos, ele diria:

- (34) a. #Um brasileiro come feijoada hoje.
b. Brasileiro come feijoada hoje.

Cenário Preditivo: É quarta-feira e Jorge está levando um professor visitante estrangeiro para almoçar. Jorge, que é brasileiro, informa ao visitante:

- (35) a. Um brasileiro come feijoada hoje.
b. Brasileiro come feijoada hoje.

Segundo, sentenças-IS possuem um sabor analítico ou normativo enquanto sentenças-NN possuem um sabor descritivo ou indutivo. Note a naturalidade da interpretação genérica do par de sentenças em (36). Neste caso, sabemos que *ter quatro estrofes* é uma propriedade essencial, definitiva de *ser soneto*. Por outro lado, observe a dificuldade em se obter uma interpretação genérica para a sentença-IS em (37a). Ao contrário de (36a), em (37a), *ser popular* não é uma propriedade analítica ou essencial de *ser soneto*.

- (36) a. Um soneto tem quatro estrofes.
b. Soneto tem quatro estrofes.
(37) a. #Um soneto é popular.
b. Soneto é popular.

Terceiro, sujeitos-IS que denotam classes extremamente incomuns tendem a ser interpretados de modo específico, enquanto sujeitos-NN são sempre interpretados genericamente. Compare o par de sentenças em (38) ao par de sentenças em (39). Em (38a), a classe denotada por *músico brasileiro nascido no Piauí* é bastante incomum e a sentença tem uma leitura preferencialmente específica para seu sujeito. Já em (39a), a classe dos matemáticos é bastante natural para nós e, neste caso, a interpretação genérica é saliente. Note também que a interpretação genérica é a única possível para as sentenças-IS em (38b) e (39b).⁵

- (38) a. #Um músico brasileiro nascido no Piauí escreve canções muito elaboradas.
b. Músico brasileiro nascido no Piauí escreve canções muito elaboradas.

5 Estou considerando apenas o português oral coloquial. Sentenças com sujeito-NN com interpretação específica ocorrem com uma certa frequência em contexto de manchetes de notícias na imprensa. Não ocorrem, entretanto, em língua oral e nem mesmo na língua escrita em outros contextos.

- (39) a. Um matemático escreve artigos muito técnicos.
b. Matemático escreve artigos muito técnicos.

Finalmente, sujeitos-NN tendem a receber uma interpretação específica com predicados que expressam propriedades com as quais estes não possuem qualquer conexão. Sujeitos-NN, por outro lado, recebem uma interpretação genérica nestes contextos. Observe a sentença (40a). Não temos, em nossos estereótipos culturais, como relacionar naturalmente a propriedade de *ser um jogador de futebol famoso* à propriedade de *tocar órgão aos domingos no Mosteiro de São Bento*. Neste caso, a sentença com sujeito-IS recebe uma interpretação preferencialmente específica para seu sujeito. No caso de (41a), a propriedade de *ser linguísta* e de *ganhar pouco em Curitiba* possuem uma associação razoável de acordo com nossos estereótipos. Neste caso, a interpretação genérica para o sujeito IS torna-se mais saliente. Note, mais uma vez, que a interpretação genérica do sujeito-NN é sempre possível e independe de uma conexão razoável entre as propriedades do sujeito e as propriedades do predicado, como ilustram (40b) e (41b).

- (40) a. #Um jogador de futebol famoso toca órgão aos domingos no Mosteiro de São Bento.
b. Jogador de futebol famoso toca órgão aos domingos no Mosteiro de São Bento.
(41) a. Um linguísta ganha pouco em Curitiba.
b. Linguísta ganha pouco em Curitiba.

Resumindo, podemos ver que, apesar de suas semelhanças, sentenças-IS e sentenças-NN diferem sistematicamente. Elas são semelhantes em sua capacidade de expressar generalizações não acidentais, mas diferem nos contextos em que suas generalizações seriam apropriadas. Na próxima seção, apresento a proposta de Greenberg (2002) para a semântica das sentenças genéricas com sujeito indefinido singular e com sujeito plural nu do inglês.

A proposta de Greenberg (2002)

Para Greenberg (2002), tanto as sentenças-IS quanto as sentenças genéricas com sujeito plural nu do inglês são casos de quantificação genérica. Como vimos mais acima, nestes casos, a genericidade é obtida pelo fato de o quantificador GEN prender as variáveis sobre as quais se faz a generalização. Greenberg adota a proposta de Krifka et al. (1995) de que GEN é um quantificador modal e localiza a diferença entre os dois tipos de sentenças no tipo de modalidade que cada uma delas é capaz de expressar. Sentenças-IS e sentenças genéricas com plurais nus diferem, segundo a autora, nos conjuntos de mundos possíveis em relação aos quais elas são avaliadas.

Sentenças-IS expressam apenas generalizações em virtude de: “Uma parte integral do significado destas sentenças é ter-se em mente alguma propriedade ou aspecto do mundo apropriadamente escolhido em virtude do qual a generalização que elas expressam é verdadeira” (Greenberg, 2002, cap. 2, seção 1.2).⁶ Assim, o significado da sentença em (42a) do inglês, em sua interpretação normativa, seria parafraseado por (42b). A fórmula em (43a) expressa as condições de verdade de (42a).

- (42) a. A dog has four legs.
Um cão tem quatro pernas.
Um cão tem quatro patas.
b. Paráfrase: Nos mundos semelhantes ao nosso, nos quais nada de anormal acontece, em virtude de uma certa propriedade associada com ser um cão (e.g. possuir um certo código genético), todo cão tem quatro patas.
- (43) a. $w' (\ x (^\text{cão} [x, w'])) (^\text{possuir-um-código-genético-canino} [x, w'])) (\ x [\text{cão} [x, w']]) (\text{tem-quatro-patas} [x, w']))$.
b. Paráfrase: Em todos os mundos aonde todo cão tem a propriedade de ter um código genético canino, todo cão tem quatro patas.

Por outro lado, Greenberg (2002) considera que as sentenças genéricas com sujeito plural nu no inglês são ambíguas entre uma interpretação em virtude

6 Tradução livre.

de e a expressão de uma generalização descritiva. No caso de expressão de uma generalização descritiva, a sentença afirma apenas que aquela generalização não é acidental, que existe um padrão distribucional no fenômeno. Não há nenhuma exigência de que esta generalização se dê em virtude de alguma propriedade conhecida. Assim, uma sentença do inglês como (44a) em sua interpretação de generalização descritiva, tem (44b) como uma boa paráfrase de seu significado. A fórmula em (45a), por sua vez, representa as condições de verdade da sentença (44a).

- (44) a. Dogs have four legs.
Cães têm quatro pernas.
Cães têm quatro patas.
b. A generalização *todo cão tem quatro patas* não é acidental – i.e. não está limitada às circunstâncias atuais, mas vale em outras circunstâncias.
- (45) a. $w' (\text{Max } (w, w'))$.
 x (cães $[x, w']$) (tem-quatro-patas $[x, w']$), onde:
 $\text{Max } [w, w']$ é verdadeira se w' é maximamente semelhante a w , exceto no que é necessário para permitir a existência de um maior ou menor número de cães ou de um conjunto de cães totalmente diferentes.
b. Paráfrase: Para todos os mundos maximamente semelhantes ao nosso, todo cão tem quatro patas.

A proposta de Greenberg explica o comportamento mais restrito das sentenças-IS porque estas sentenças são afirmadas de mundos nos quais o sujeito-IS possui uma propriedade determinada. Os mundos acessíveis devem ser semelhantes nesse particular, o que restringe drasticamente o número destes mundos. Assim, o fato de que sentenças-IS não são felizes com sujeitos que expressam classes extremamente incomuns fica explicado: não encontramos mundos acessíveis nos quais a sentença possa ser interpretada – não encontramos uma propriedade que possa ser sistematicamente associada a esse sujeito.

O sabor de lei das sentenças-IS também acontece porque, para que uma sentença-IS seja apropriada, é necessário que exista uma propriedade sistematicamente associada a seu sujeito e esta propriedade deve ser

culturalmente partilhada. Esta mesma característica explica sua preferência por uma interpretação específica em contextos em que não há uma propriedade saliente que se possa associar ao sujeito-IS.

As sentenças com plural nu, por outro lado, podem expressar generalizações mais descritivas e não exigem que estas sejam atribuídas a propriedades mais básicas ou essenciais de seus sujeitos porque os mundos nos quais elas são avaliadas são mundos semelhantes ao nosso de maneira mais vaga e geral.

Na seção anterior, vimos que as semelhanças e diferenças entre sentenças-IS e sentenças-NN no PB são as mesmas que as diferenças entre as sentenças-IS e as sentenças genéricas com plural nu no inglês. Assim, a caracterização destas sentenças como generalizações em virtude de e como generalizações descritivas que caracterizam os dois tipos de sentenças do inglês, aplicam-se do mesmo modo às sentenças-IS e às sentenças-NN do PB. Como Greenberg (2002), devemos atribuí-las aos diferentes tipos de modalidade expressos por cada uma destas sentenças.

A grande questão agora é a de como derivar as diferenças entre os mundos acessados pelas sentenças-IS e pelas sentenças-NN a partir das diferenças semânticas entre os sintagmas indefinidos singulares e os nominais nus sem-número no PB.

Como derivar as diferenças?

Nesta seção, proponho que as diferenças entre as modalidades expressas pelas sentenças-IS e pelas sentenças-NN no PB devem ser atribuídas às diferentes denotações dos sintagmas indefinidos singulares e dos nominais sem-número nesta língua.

As generalizações expressas pelas sentenças-IS são generalizações feitas sobre entidades atômicas. Exigem, portanto, que cada uma das entidades relevantes possua a mesma propriedade que é a “causa” da generalização expressa. Já as generalizações expressas pelas sentenças-NN são feitas sobre entidades massivas. Os padrões que podem emergir deste tipo de denotações não dependem necessariamente da propriedade de cada um ou de cada parte de seus membros, podendo expressar também propriedades causadas pelas diferentes configurações possíveis para suas denotações.

Em Müller (2002; 2003), proponho que tanto os nomes comuns como os nominais sem número (NN) em BP possuem denotações massivas no sentido de que estas denotações não são sequer contáveis. Uma evidência do comportamento massivo dos NN em PB vem do fato de que estes nominais sem número comportam-se como possuindo uma denotação não-discreta. Uma sentença como (46) significa que Jorge lê um número indefinido de revistas depois do jantar. Ele pode ler uma ou mais revistas; na verdade, Jorge não precisa nem sequer ler uma revista inteira.

(46) Jorge sempre lê revista depois do jantar.

Ao contrário de línguas com uma clara distinção entre substantivos contáveis e não contáveis, os NNs em PB são extremamente freqüentes e de uso irrestrito. Nossos nominais sem número, mesmo quando denotando entidades ontologicamente contáveis, ocorrem em contextos tipicamente massivos, como com o quantificador massivo *muito* (47), com a palavra *suficiente* – que só pode ser usada com termos massivos – (48), e com *classificadores* massivos (49) (ver Bunt, 1985).

(47) Tem muita mala no carro.

(48) Eu já escrevi carta suficiente hoje.

(49) Jorge queimou 10 quilos de livro hoje.

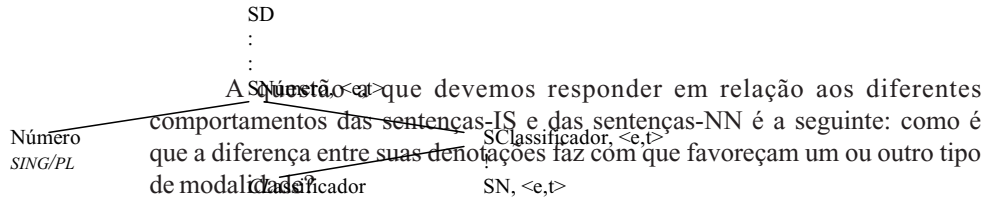
Um nome comum como *revista* em (46), por exemplo, possui uma denotação massiva, ainda não classificada. Em Müller (2002; 2003), defendo que o PB possui um operador *Número* e um operador *Classificador* que atuam sobre a denotação massiva de um SN.

O operador *Classificador* é um operador *sortal* – ele transforma a denotação massiva de uma substância, ainda indiferenciada, em entidades de um certo tipo (*sort*). Em *um grão de arroz* e *uma barra de ouro*, por exemplo, *grão* e *barra* podem ser tomados como classificadores. Quando vazio, o operador *Cl* transforma a denotação de uma substância, ainda massiva, em entidades

discretas de um tipo determinado pelo contexto. O operador *SING*ular seleciona as entidades atômicas da denotação de um NP já classificada. E o operador *PL*ural seleciona as entidades não atômicas da denotação de um NP.

Assim, em um sintagma-IS temos uma denotação atômica, pois foram aplicados tanto o operador *Cl*, como o operador *Num*. Por outro lado, em um sintagma-NN temos uma denotação massiva, à qual não foi aplicada nenhuma operação. A estrutura em (50) representa as relações de escopo destes operadores internos ao SD.

(50)



Minha resposta a essa questão é que as generalizações feitas pelas sentenças-IS têm como ponto de partida indivíduos atômicos. As generalizações feitas por sentenças-NN, por outro lado, estão baseadas em um domínio massivo, em que o predicado ainda está isento de qualquer classificação ou contabilidade.

Generalizações baseadas em entidades atômicas implicam uma consistência grande, pois os padrões descritos baseiam-se em propriedades de cada um dos indivíduos do domínio. Se todos os indivíduos de um domínio possuem cada um uma determinada propriedade e este domínio abarca vários mundos, essa propriedade é, de alguma forma, essencial. Por outro lado, um domínio mais rico, como o dos nomes nus, permite que um número maior de padrões venha a emergir, pois são várias as formas que uma denotação massiva/não atomizada pode tomar. Assim, a denotação dos NNs, sendo pré-sortal, independe de leis ou características essenciais de cada um de seus membros.

Conclusões

O artigo parte da tese de que tanto sentenças-IS como sentenças-NN são sentenças genericamente quantificadas em PB. Como defendido por Greenberg (2002), para o inglês, sentenças-IS expressam generalizações “em virtude de”. Sentenças-NN, por outro lado, expressam generalizações descritivas. Essas diferenças são atribuídas ao fato de que cada uma delas possui um tipo diferente de modalidade. Isto significa que os conjuntos de mundos possíveis em relação aos quais cada uma delas é avaliada são distintos. Finalmente, o trabalho propõe que a diferença entre os mundos acessíveis a cada um dos tipos de sentenças é resultado de que a quantificação genérica se dá sobre entidades de tipos diferentes, tornando ou não possível o surgimento de padrões mais ou menos restritos.

RESUMO

O foco deste artigo é o estudo da semântica de dois tipos de sentenças genéricas no português brasileiro: sentenças genéricas com sujeitos indefinidos singulares (IS) (Um número par é divisível por 2) e sentenças genéricas com sujeitos nus sem número (NN) (Número par é divisível por 2). Os dois tipos de sentenças têm sido analisados como sinônimos pela literatura. No entanto, sentenças-IS têm um sabor mais analítico, ao passo que sentenças-NN têm um sabor mais descritivo. Este trabalho segue a proposta de Greenberg (2002) para o inglês e atribui essas diferenças à expressão de diferentes tipos de modalidade. A expressão dos diferentes tipos de modalidade é finalmente atribuída à quantificação genérica sobre as diferentes denotações dos sujeitos-IS e NN.

Palavras-chaves: semântica, genericidade, modalidade.

ABSTRACT

This paper addresses the different restrictions on the use of two types of Brazilian Portuguese generically quantified sentences: indefinite singular subject sentences (IS-sentences - Um número par é divisível por 2) and bare numberless

subject sentences (BN - sentences - Número par é divisível por 2). Both IS and BN sentences have been interpreted as synonymous in the current literature. Nevertheless, IS-sentences have a more analytic flavor as compared to the more descriptive flavor of BN-sentences. This paper follows Greenberg's (2002) for English and claims that the differences should be attributed to the expression of different kinds of modality. The expression of different modalities is achieved through generic quantification over the different denotations of IS and NN subjects.

Key-words: semantics, genericity, modality.

REFERÊNCIAS

BUNT, H. *Mass Terms and Model-Theoretic Semantics*. Cambridge Studies in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BURTON-ROBERTS, N. Generic Sentences and Analyticity. *Studies in Language*, n. 1, p. 155-196, 1977.

CARLSON, G.; PELLETIER, F-J.(Eds.). *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

CHIERCHIA, G. Individual-Level Predicates as Inherent Generics. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F-J.(Eds.). *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 176-223.

_____. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics*, n. 6, p. 339-405, 1998.

GREENBERG, Y. *Manifestations of Genericity*. Irsrael, 2002. Ph.D. Dissertation - Bar-Ilan University.

DECLERK, R. The Origins of Genericity. *Linguistics*, n. 29, p. 79-102, 1991.

HEIM, I. The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases. Massachusetts, 1982. Ph.D. Dissertation - Amherst: GLSA, University of Massachusetts.

KAMP, H. A Theory of Truth and Semantic Representation – 1981, reprinted. In: GROENENDIJK, J.; JANSSEN, T.; STOKHOF, M. (Eds.). *Truth, Interpretation and Information*. Dordrecht: Foris, 1984.

KRATZER, A. The Notional **[c/ autor: national?]**Category of Modality. In: EIKMEYER, H-J.; RIESER, H. *Words, Worlds and Contexts: New Approaches in Word Semantics*. Berlin, New York: de Gruyter, 1981. p. 38-50.

_____. Stage Level and Individual Level Predicates. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F-J. (Eds.). *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 125-175.

KRIFKA, M. An Outline of Genericity. Partly in collaboration with C. Gerstner. SNS-Bericht, Universität Tübingen, 1987. **[C/ AUTOR: Do que se trata?]**

_____. et al. Genericity: an Introduction. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F-J. (Eds.). *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 1-124.

LAWLER, J. Studies in English Generics. *University of Michigan Papers in Linguistics*, Ann Arbor, n.1, 1973.

LEWIS, D. *Counterfactuals*. Cambridge; Mass.: Harvard University Press, 1973.

MÜLLER, A. Genericity and the Denotation of Common Nouns in Brazilian Portuguese. In: WEERLE, A.; KIM, J-Y. (Eds.). *The Proceedings of the SULA: The Semantics of Under-Represented Languages in the Americas*, UMOc, n. 25. Amherst, MA: GLSA, The University of Massachusetts, 2001. p. 72-80.

_____. Genericity and the Denotation of Common Nouns in Brazilian Portuguese: the Case of Bare Numberless Nominals. In: NON-LEXICAL SEMANTICS CONFERENCE, Paris, 2002.

_____. The Semantics of Generic Quantification in Brazilian Portuguese. *Probus*, Berlin, n. 14, p. 279-298, 2003.

WILKINSON, K. *Studies in the Semantics of Generic Noun Phrases*. Massachusetts-Amherst, 1991. Ph.D. Dissertation - University of Massachusetts-Amherst.